

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 034/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAI/2011 A ABR/2012		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	465.456	314	465.770
Pessoal Ativo	349.119	94	349.214
Pessoal Inativo e Pensionistas	116.337	220	116.557
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	108.345	229	108.574
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6	0	6
Despesas de Exercícios Anteriores	1.552	50	1.602
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	106.787	180	106.967
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	357.111	85	357.196
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			581.850.483
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III c /IV) * 100	0,061375%	0,000015%	0,061390%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152620%			888.020
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,144989%			843.619

FONTE: SIAFI e COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Foram pagos, R\$ 426.764.820,19 e R\$ 3.447.488,69 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente, na UO 71103.
- 3) Não houve pagamento de Precatórios da Administração Indireta (Destaques) no período de maio de 2011 a abril de 2012.

ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
 Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
 Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
 Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno